



# MERCADO DE TRABALHO, NOVAS RELAÇÕES E A GERAÇÃO DE EMPREGO NO MUNICÍPIO DE CANOAS/RS, ENTRE OS ANOS 2010-2024

Pablo Ricardo Prandini <sup>1</sup>  
Paulo Roberto Rodrigues Soares <sup>2</sup>

## RESUMO

O Brasil tem passado por um processo de desindustrialização nas últimas décadas, que pode ser percebido por uma contínua perda de participação da indústria na composição do PIB nacional. Paralelamente, o setor terciário vem registrando um aumento gradativo na sua participação, seguindo uma tendência já observada em países desenvolvidos. No entanto, uma parcela significativa dos trabalhadores desse setor continua inserida na informalidade, uma situação agravada pela crise econômica de 2015/2016 e pela pandemia em 2020. Diante disso, o presente trabalho busca discutir de maneira introdutória, as principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho entre os anos de 2010 até 2024. O estudo será realizado no município de Canoas, uma das três maiores economias do Rio Grande do Sul. Para alcançar esses objetivos, o trabalho será dividido em três eixos principais. O primeiro eixo consistirá em um breve resgate etimológico do conceito de trabalho, explorando sua evolução semântica ao longo do tempo em diferentes sociedades. O segundo eixo, se concentrará em uma análise histórica da cidade e da construção da classe trabalhadora canoense. Por fim, no terceiro eixo, o objetivo maior, será a investigação socioeconômica – quantitativa e qualitativa, das mudanças do mercado de trabalho ocorrida nas últimas duas décadas.

**Palavras-chave:** Setores econômicos, Postos de trabalho, Desindustrialização, Reforma Trabalhista e Terciarização.

## RESUMEN

El Brasil ha pasado por un proceso de desindustrialización de las últimas décadas, que puede ser percibido por una continua pérdida de participación de la industria en la composición del PIB nacional. Al mismo tiempo, el sector terciario ha ido aumentando gradualmente su participación, siguiendo una tendencia ya observada en los países desarrollados. Sin embargo, una proporción significativa de los trabajadores de este sector permanece en la informalidad, situación que se agravó con la crisis económica de 2015/2016 y la pandemia de 2020. Por tanto, este trabajo busca discutir, de forma introductoria, los principales cambios ocurridos en el mercado de trabajo entre 2010 y 2024. El estudio se realizará en el municipio de Canoas, una de las tres mayores economías de Rio Grande do Sul. Para lograr estos objetivos, el trabajo se dividirá en tres ejes principales. El primer eje consistirá en una breve revisión etimológica del concepto de trabajo, explorando su evolución semántica a lo largo del tiempo en diferentes sociedades. El segundo eje se centrará en un análisis histórico de la ciudad y el desarrollo de la clase trabajadora de Canoas. Finalmente, el tercer eje, cuyo objetivo principal es una investigación socioeconómica, tanto cuantitativa como cualitativa, de los cambios en el mercado laboral ocurridos en las últimas dos décadas.

**Palabras clave:** Sectores económicos, Empleo, Desindustrialización, Reforma Laboral y Subcontratación

<sup>1</sup>Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal - RS, [prandini\\_pablo@hotmail.com](mailto:prandini_pablo@hotmail.com);

<sup>2</sup> Professor orientador: Doutor, Programa de Pós-Graduação em Geografia - RS, [paulo.soares@ufrgs.br](mailto:paulo.soares@ufrgs.br)

## INTRODUÇÃO

Canoas é um município do estado do Rio Grande do Sul que, junto com outros 34 municípios, compõem a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a quinta maior região metropolitana do Brasil. Ocupando uma área de aproximadamente 131 km<sup>2</sup>, possui limites com os municípios de Porto Alegre, Esteio, Cachoeirinha e Nova Santa Rita. Com seus 347.657 habitantes (IBGE/2022), depois da capital, é o maior município da grande Porto Alegre. No estado, possui a terceira maior população.

Em relação aos aspectos econômicos, o município possui o terceiro maior PIB gaúcho – segundo no setor industrial. Em termos percentuais, a participação da indústria no PIB canoense se mantém relativamente alta, com mais de 40%, enquanto na média nacional, por exemplo, hoje não passa dos 21% - menos de 11% se considerarmos apenas a indústria de transformação (IBGE/2024). No entanto, apesar do Valor Adicionado Bruto (VAB) responder por essa alta porcentagem na composição da economia canoense, há uma diminuição dos postos de trabalho no setor industrial em relação às últimas duas décadas.

Essa, aliás, é uma tendência do setor secundário compartilhada com os demais municípios brasileiros. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da Pesquisa Industrial Anual Empresa (PIA-Empresa), entre os anos de 2014 e 2022 – último ano analisado, o número de postos de trabalho no setor industrial diminuiu em cerca de 500.000 vagas. No ano de 2022, havia aproximadamente 8,3 milhões de postos de trabalho, já em 2014, esse número era cerca de 8,8 milhões de pessoas ocupada no setor. Esses números refletem o processo de desindustrialização do país que pode ser percebido por uma contínua perda de participação da indústria na composição do PIB nacional.

A justificativa deste artigo introdutório sobre o assunto está na importância de investigar os efeitos das mudanças nas relações de trabalho e a geração de emprego nos setores produtivos do município de Canoas. A relevância reside também no fato de ainda haver poucos estudos sobre o mercado de trabalho canoense, cidade de extrema importância econômica pois, além de ter a terceira maior população, possui também, a terceira maior economia do Rio Grande do Sul, segunda da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Por esse motivo, esse trabalho buscará compreender de maneira introdutória, as principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho em Canoas, entre os anos de 2010 até 2024, a fim de entender os impactos da desindustrialização, da terciarização e da reforma trabalhista ocorrida no período.



## **METODOLOGIA**

Para alcançar esses objetivos, o trabalho será dividido em três eixos principais. O primeiro eixo consistirá em um breve resgate etimológico do conceito de trabalho, explorando sua evolução semântica ao longo do tempo em diferentes sociedades. O segundo eixo, se concentrará em uma análise histórica da cidade e da construção da classe trabalhadora canoense, levando em consideração as lutas sociais no decorrer da história. Por fim, no terceiro eixo, o objetivo maior, será a investigação socioeconômica das mudanças do mercado de trabalho ocorrida nas últimas duas décadas.

Em termos das técnicas, esse trabalho fará uso dos instrumentos das coletas de dados e informações através de pesquisa documental, bibliográfica, de campo, com entrevista e questionário/formulário. Em relação aos métodos, o trabalho terá uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos, histórico e comparativo, que ajudarão a analisar, por exemplo, dados estatísticos, como taxas de admissão e demissão, números referentes aos contratos de trabalho gerados, etc., bem como os tipos de ocupações no que diz respeito a formalidade ou informalidade.

Para uma melhor organização, o trabalho se dividirá será dividido em três momentos, a saber: Revisão bibliográfica; Coleta e sistematização de dados e por fim, apresentação dos resultados. Nosso primeiro procedimento, será o da construção do referencial teórico sobre o qual a pesquisa se apoia. Já no segundo procedimento, realizou-se uma coleta de dados, com levantamento de informações na imprensa, em institutos de pesquisa como IBGE, FEE, DIEESE, além da base de dados da RAIS e do CAGED (MTE), entre outros órgãos oficiais. Por fim, no terceiro procedimento, a sistematização e apresentação dos resultados.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Breve história do trabalho**

Na pré-história, durante o paleolítico (3 milhões de anos atrás a 10.000 a.C) e neolítico (10.000 a.C. até 3.000 a.C), o trabalho - entendido aqui de maneira simplificada como a transformação da natureza - pode ser definido, nesse período, como um “auxiliar” da natureza. Ou seja, ele - o homem, ainda não é autônomo, não é dotado de uma habilidade capaz de transformar a paisagem, de uma forma independente, ao seu redor. A partir do desenvolvimento das atividades agrícolas-pastoris, a produção começa a gerar excedentes e,



em algum momento da história, surgirá a noção de propriedade privada, (ALBORNOZ, 1994). A propriedade até então estava ligada diretamente ao trabalho, ao esforço de quem produzisse naquela terra, já não assegurava mais a posse da terra.

Um fato relacionado com esta evolução da propriedade e de sua separação do trabalho foi a prática da guerra. O povo conquistado na guerra frequentemente permaneceu para trabalhar e entregar seus excedentes aos novos senhores. Ou pela guerra foram capturados escravos que vieram constituir a base da força de trabalho, ficando submetidos sob a categoria mais baixa da hierarquia social do povo conquistador. (ALBORNOZ, 1994, p.19).

O trabalho aos poucos vai perdendo a sua centralidade – seja ele ligado diretamente à terra ou não, no desenvolvimento social. De maneira bastante generalista, podemos dividir as sociedades da Antiguidade e da Idade Média, entre quem se encarregava dos rituais sagrados, os responsáveis pela defesa do território, e quem estava acima de ambos, e que, principalmente, vivia do trabalho alheio, a nobreza. Abaixo de todos eles, estavam os que “trabalhavam” - o escravo no mundo greco-romano, o servo no período feudal e o trabalhador livre, já na Baixa Idade Média, a partir do renascimento urbano. Ou seja, o trabalho ainda era visto como algo sofrível, desagradável, punitivo, como diz Albarnoz (1994):

Na tradição judaica o trabalho também é encarado como uma labuta penosa, à qual o homem está condenado pelo pecado. A Bíblia o apresenta como castigo, um meio de expiação do pecado original. Por haverem perdido a inocência original do paraíso, Adão é condenado a ganhar o seu pão com o suor de seu rosto, assim como Eva é condenada às dores do parto. Nos primeiros tempos do cristianismo o trabalho era visto como punição para o pecado [...]” (ALBORNOZ, 1994, p.51)

Na Idade Moderna, com o fim do feudalismo e início do mercantilismo, uma saída de ascensão social, diferente da sociedade medieval de estamentos, era através do trabalho, agora remunerado. A Reforma e sua “ética protestante”, junto com o “espírito capitalista”, de certa forma, transformaram uma atividade considerada penosa e torturante, em algo positivo. Evidentemente, havia outros interesses por trás dessa forma de pensamento. Em uma Europa que não admitia mais a servidão e a escravidão – em solo europeu, diga-se de passagem – era preciso motivar o cidadão de que trabalhar para outrem, era mais do que positivo, dignificava o corpo e a alma, como diz Albarnoz (1994):

“Com a Reforma protestante, o trabalho sofre uma reavaliação dentro do cristianismo. [...] acrescentava que todo aquele capacitado para trabalhar tinha o dever de fazê-lo. O ócio era uma evasão antinatural e pernicioso. Manter-se pelo trabalho é um modo de servir a Deus. A profissão torna-se uma vocação. O trabalho é o caminho religioso para a salvação. É visto como virtude e como obrigação ou compulsão.” (ALBORNOZ, 1994, p.53).

Por fim, na Idade Contemporânea, o trabalho assume uma característica assalariada. De um lado, os donos dos meios de produção, do outro, os que vendem sua força de trabalho em troca de salário. A partir da Revolução Industrial, a chamada divisão social do trabalho passa a ser uma característica cada vez mais presente. Se antes ocorria entre diferentes ocupações, encontrou o seu ápice nas cidades, dentro das próprias oficinas, (MARX E ENGELS, 2020). Com o início da Segunda Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX, entramos na fase do chamado capitalismo monopolista-financeiro. Nesse período houve um considerável aumento de produtividade a partir do aprimoramento dos sistemas de produção, e por consequência, no trabalho.

Para Frederick Taylor (1856-1915) as funções deveriam ser racionalizadas e segmentadas, com os trabalhadores realizando tarefas específicas, a fim de que, a produção, fosse efetuada no menor tempo possível. Henry Ford (1863-1947) desenvolveu a linha de montagem onde em que cada setor, trabalhadores ficariam posicionados executando uma determinada operação de montagem. Na década de 1970, com a desaceleração da economia mundial, o modelo taylorista/fordista aos poucos foi sendo substituído pelo sistema desenvolvido pelo engenheiro Taiichi Ohno (1912-1990). Mais enxuto – pensado na realidade espacial da ilha japonesa, o toyotismo trabalha com estoque de produtos e matérias-primas por demanda, buscando diminuir o desperdício e a redução de custos. A linha de produção dá lugar à célula de produção. O trabalhador deixa de ser “funcional”, responsável por uma única operação, para ser “multifuncional”, encarregado de várias operações:

“Para atender às exigências mais individualizadas de mercado [...] é preciso que a produção se sustente num processo produtivo flexível, que permita a um operário operar com várias máquinas (em média cinco máquinas, na Toyota), rompendo-se com a relação um homem/uma máquina que fundamenta o fordismo. É chamada “polivalência” do trabalhador japonês, que mais do que expressão e exemplo de uma maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas, combinando “várias tarefas simples”.” (ANTUNES, 2015, p.45)

A concretização do sistema flexível de produção – sistema Toyota, superando o modelo taylorista/fordista, tornando-se hegemônico em nível global trouxe um rearranjo na administração das empresas, atingindo em cheio o mercado de trabalho. Da automação e da robotização da produção até a contratação de terceiros para executar funções que antes eram feitas por funcionários da própria empresa, como de segurança, de limpeza e de manutenção, por exemplo. Compartilhando um mesmo espaço, os contratos de trabalho – formais, passaram a ser cada vez mais heterogêneos, inclusive dentro de setores. Constatamos o

trabalhador terceirizado, como nos exemplos acima e o temporário, como o que vemos em todo final de ano – geralmente ambos com menos direitos. Essas transformações nas relações de trabalho, segundo Antunes (2015):

“[...] para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado.” (ANTUNES, 2015, p.47)

O capitalismo informacional, surgido no pós-guerra, junto a Terceira Revolução Industrial, se beneficiou da tecnologia desenvolvida por ela. A sua expansão se deu através de setores como de comunicações (internet) e de serviços (financeiro e de transportes), que também registraram crescimento, materializado através do aumento dos fluxos de informações, capitais, mercadorias e pessoas (MOREIRA, 2016). Duas características marcaram essa fase do capitalismo, uma na década de 1980, a bandeira ideológica do neoliberalismo, hasteada pelos EUA e pelo Reino Unido. E nas pautas levantadas por ela, estavam a flexibilização total no ambiente de trabalho. Segundo seus defensores, era combater o sucesso do toyotismo, já que o sistema japonês se mostrava mais produtivo que as empresas na Europa Ocidental e nos EUA, como diz Standing (2020):

“Uma reivindicação neoliberal que se consolidou na década de 1980 foi a de que os países tinham que perseguir “a flexibilidade do mercado de trabalho”. A menos que os mercados de trabalho se flexibilizassem, os custos trabalhistas aumentariam e as corporações transfeririam a produção e o investimento para locais onde os custos fossem mais baixos; o capital financeiro seria investido nesses países, em vez de ser investido “em casa”.” (STANDING, 2020, p.22)

O trabalho talvez nunca antes tivesse tido uma simetria tão grande entre um trabalhador de um país desenvolvido com o de um em desenvolvimento. Podemos discorrer de maneira sucinta, sobre as suas metamorfoses ao longo da história através de algumas perspectivas. São muitas questões, de fato, para pensarmos uma vez que, o conceito é amplo, e como vimos anteriormente, ele passou por significativas mudanças com o passar do tempo.

### **Breve história da cidade**

Quem chega à Canoas pela primeira vez vindo de Porto Alegre pela “Federal” - como é conhecida a BR 116 em Canoas, talvez não perceba os limites entre um município e outro.

Ainda que tenhamos um importante curso d'água os separando, como o rio Gravataí. O mesmo vale para quem chega de Esteio pela mesma BR116, separados pelo arroio Sapucaia. A conurbação – também conhecida por mancha urbana, presente nos grandes centros metropolitanos, como a RMPA, a quinta maior aglomeração urbana do país, se deu de maneira mais intensa no eixo norte da capital dos gaúchos.

Para Milton Santos (2012) a paisagem atual é sempre um espelho do passado, ainda que nem sempre visível. O maior desenvolvimento urbano no trecho entre Porto Alegre e São Leopoldo, por exemplo, é fruto de uma estrada de ferro inaugurada em 1874. Segundo Santos (2012):

“Chamemos rugosidade ao que fica no passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. [...] Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisão do trabalho já passadas, os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.” (SANTOS, 2012, p.140)

E essa ideia de rugosidades pode ser explicada pela materialização do traçado da linha da Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb sobre o mesmo existente da antiga linha férrea. Também pode ser aplicado ao trabalho executado na própria construção da ferrovia. A formação vegetal presente na região onde hoje se encontra o centro da cidade, e que teve de ser retirada para a passagem da linha, era conhecida como capões – palavra de origem tupi que significa mata redonda, [*ka'a* ("mata") e *pu'ã* ("redondo")]. Foram esses capões que vão ser utilizados para produziram as embarcações que vieram dar nome a primeira estação férrea e ao local – Capão das Canoas.

Conforme Silva (1989) o território em que se localiza o município de Canoas foi originalmente habitada pelos Tapes, etnia indígena aparentada com os Guaranis. Conhecida na época como campos do Viamão, a região se estendia do norte da Laguna dos Patos, margeando o Lago Guaíba e Rio dos Sinos até o Planalto, ao norte de Sapucaia, para em seguida, costear a Serra até chegar aos chamados campos de Tramandaí.

Vista como estratégica pela coroa portuguesa na consolidação das suas fronteiras, era preciso ocupar uma posição no caminho entre Laguna e Colônia do Sacramento, fundadas, respectivamente, em 1676 e 1680. Com a instalação de acampamentos e fortes militares – como o Forte Jesus-Maria-José, em Rio Grande no ano de 1737, também houve a distribuição de sesmarias para pessoas com prestígio junto a coroa. É a partir do povoamento dessa região

que a coroa portuguesa começa a garantir a posse do território, desde Laguna até Colônia de Sacramento.

“O plano para levar a cabo o povoamento do Rio Grande foi muito bem estudado, conforme revelam os fatos e os documentos [...] Quanto à evolução do plano, cumpria como primeiro passo estabelecer uma guarda junto à barra do Rio Grande, a fim de impedir o acesso de espanhóis e índios tapes à faixa de terra que, costeando o mar, servia de estrada entre a Colônia de Sacramento e Laguna. Tal estabelecimento serviria ainda de ponto de irradiação de novos núcleos de pioneiros mais para o interior. [...] Um outro projeto se impunha a fim de garantir êxito do primeiro. E este seria a ocupação permanente dos campos de Viamão, primeiro introduzindo tropa armada e, a seguir, povoadores.” (SILVA, 1989, p.63)

Entre esses tropeiros instalados nos campos de Viamão, podemos destacar Jerônimo de Ornellas, Dionísio Rodrigues Mendes, entre outros, todos aparentados a figura de Brito Peixoto, governador de Laguna. Entre esses, também estava seu neto, Francisco Pinto Bandeira. Ele ocupou as terras à margem direita do Rio Gravataí – atualmente o município de Canoas. Na localidade foi instalada a sede da Fazenda do Gravataí – onde se encontra hoje o bairro Estância Velha.

Após a instalação da Fazenda do Gravataí em 1733, e sua ocupação pelos seus descendentes nos 130 anos seguintes, foi somente com a construção de uma estrada de ferro, ligando Porto Alegre à São Leopoldo, que o futuro povoado começaria a se desenhar. Segundo Silva (1989), o povoamento urbano de Canoas que têm início em abril de 1874, mês e ano de inauguração da primeira estrada de ferro do Rio Grande do Sul.

Com a construção de uma estação férrea em suas terras, o major Vicente Ferrer da Silva Freire – bisneto de Francisco Pinto Bandeira, e proprietário da Fazenda Gravataí, vendeu pequenos lotes próximo a essa parada com a intenção de transformar o lugar em uma estação de veraneio. Durante esse período, pequenas propriedades e chácaras passaram a se instalar no loteamento junto à Estação das Canoas, que têm um papel fundamental na formação do povoado, como afirma Viegas (2011):

A linha férrea e a localização de sua estação, neste sentido, foram determinantes para a composição da ideia de uma zona “central” na localidade no transcorrer do século XIX para o XX. [...] Tal desenvolvimento decorreu, sobretudo, de sua localização estratégica junto a Porto Alegre e da expansão específica desta última cidade no sentido norte, desde o século XIX. (VIEGAS, 2011, p.42).

A partir da criação do município de Gravataí, em junho de 1880, seu território passa a fazer parte do 2º Distrito de Gravataí. Em 1895, o povoado canoense já contava com empreendimentos hoteleiros, chalés de veranistas, casas de negócio e algumas pequenas

fábricas. Nesse mesmo ano, novas ruas foram abertas no processo de ampliação do loteamento. Conforme Silva (1989):

“A abertura de novas ruas, a leste e a oeste da via férrea, a ereção da capela, juntamente com a campanha desenvolvida por Olavo Ferreira e Israel, continuavam a atrair novos povoadores. Chácaras, colônias e fazendas prosperavam por toda a área da antiga Fazenda do Gravataí, pois também as terras de outros herdeiros já vinham sendo retalhadas e povoadas.” (SILVA, 1989, p.159).

Para Silva (1989), o crescimento desordenado que tivemos ao longo do tempo na cidade tem origem no contínuo fracionamento da área entre os herdeiros, já que novos lotes eram criados sem observância de qualquer regulamentação e ordenamento. Inúmeros loteamentos foram criados sem possuir qualquer ligação com os demais, ainda que estivessem dentro de uma mesma zona.

Em 1934, é inaugurada uma nova estrada de rodagem, hoje BR 116 – com piso de cimento, entre Canoas e Porto Alegre, que mais tarde será utilizada como mais um elemento de atração para a instalação de novos imóveis. A fundação do 3º Regimento de Aviação Militar (RAV), hoje 5º Comando Aéreo Regional (V Comar), em 1937, foi o último passo para a emancipação de Canoas. Em 1939, emancipa-se, pelo Decreto Estadual nº 7.839. Em 15 de janeiro de 1940 é finalmente instalado o município de Canoas.

A urbanização de maior intensidade ocorrida no mundo até aquele momento, entre as décadas de 1940 e 1970, foi a experimentada em território brasileiro. Podemos dizer que ela ocorreu, basicamente, a partir de dois motivos, a modernização e mecanização do campo, e a industrialização no meio urbano no país. Buscando melhores oportunidades e qualidade de vida, uma grande massa trabalhadora se deslocou para os grandes centros – como as capitais e regiões metropolitanas. Nesse processo a RMPA, em especial, Canoas também experimentaram esse aumento populacional uma vez que Porto Alegre não conseguia acomodar todo contingente populacional vindo do interior, como afirma Graebin (2010):

“Porto Alegre não conseguia alojar os contingentes populacionais que vinham do interior do Estado em busca de melhores condições de vida e de trabalho e, assim, Canoas foi a alternativa plausível para operários os quais ficariam próximos dos centros de produção.” (GRAEBIN, 2010, p.19).

Conforme documentos consultados no IBGE, referente ao “*Recenseamento Geral do Brasil*”, o crescimento de uma década para outra em Canoas nesse período ultrapassou os 100%. No Censo Demográfico de 1940, ano de sua emancipação, Canoas possuía cerca de



17.630 habitantes. No documento “*VI Recenseamento Geral do Brasil*”, para 1950, o número de moradores em Canoas no Censo Demográfico já era de 39.826 habitantes. No Censo Demográfico de 1960, o número de moradores presentes no documento “*VII Recenseamento Geral do Brasil*”, era de 103.503 habitantes. No “*VIII Recenseamento Geral do Brasil*”, em 1970, a população era de 153.730 habitantes.

**Tabela 1. População de Canoas entre as décadas de 1940-1970**

| Ano  | População    | Crescimento Populacional (%) |
|------|--------------|------------------------------|
| 1939 | 17.630 hab.  | -                            |
| 1950 | 39.826 hab.  | 125,89                       |
| 1960 | 103.503 hab. | 159,88                       |
| 1970 | 153.730 hab. | 47,45                        |

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil.

Em um primeiro momento, tanto a instalação de empresas quanto a abertura de novos loteamentos, como a Vila Niterói, a fim de servir de residência aos trabalhadores da capital. Dessa forma, depois do entorno da estação férrea, o segundo núcleo urbano em Canoas se dará ao longo do eixo da estrada de rodagem (BR 116), como a exemplo da nossa região metropolitana.

Em Canoas, especificamente, houve um agravante: Metade do território do município – lado Oeste, está dentro de uma área de banhado, suscetível às enchentes. Para Mayer (2009), “O povoamento local foi processando com a abertura de dezenas de loteamentos, sem as mínimas exigências urbanísticas, localizados em áreas alagadiças e banhados, [...]” (MAYER, 2009, p.39). Infelizmente, por questões de ordem social e econômica, muitas famílias de baixa renda acabaram adquirindo terrenos e levantando casas nesses lugares.

E esse crescimento sem planejamento, teve um preço. A comercialização dos lotes de terra nessas áreas permitiu que essas vilas se consolidassem ao ponto de hoje serem dois dos bairros mais populosos, como Rio Branco e Mathias-Velho, ambos com históricos de alagamentos e falta de equipamentos urbanos. Outra característica da urbanização canoense é o fato desses loteamentos terem sido abertos distantes uns dos outros, sem possuírem qualquer tipo de ligação entre si. Para Silva (1989):

“Como consequência lógica da grande procura de terrenos nesta localidade, passaram a surgir, como da noite para o dia, novos loteamentos aqui e ali, espalhados e, a maioria, distantes do núcleo central. Formaram-se, assim, dezenas de novos núcleos, sem interconvivência social, vivendo todas (e até o próprio centro) mais na órbita da capital do que da própria comunidade canoense.” (SILVA, 1989, p.190).

O desenvolvimento urbanístico nas primeiras duas décadas de Canoas foi a de uma cidade-dormitório, com a criação de bairros que como vimos, sequer tinham ligações uns para com os outros. Canoas se consolidou como a principal cidade-satélite na região metropolitana de Porto Alegre. Essa realidade começa a mudar com as instalações das primeiras unidades fabris no município, principalmente após a inauguração da década de 1960 da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A. – que representou um marco na industrialização canoense.

Por mais que já estivessem em operação, importantes indústrias como a Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros S/A (1930), Liess Máquinas e Equipamentos Ltda (1946), Minuano S.A. (1958) e Forjasul Canoas S/A (1959), foi a partir dela, que outras indústrias se instalaram no município canoense, como diz Mayer (2009), foi a partir ela que outras unidades fabris se interessaram por se instalarem no município.

Nos anos seguintes, outras operações industriais acabaram chegando, como Companhia Eletromecânica S.A. – Coemsa (1961), Indústrias Micheletto S/A, (1962), IRIEL Canoas (1964), Madef S.A.(1966), Springer Carrier Ltda (1966), PAVIOLI S.A. (1968), Massey Ferguson (1969), Maxiforja (1973), (1983), Urano Tecnologia S/A (1983), entre outras. Todas elas essas instalações modernizaram a cidade, transformando-a em um dos maiores polos fabris não só da RMPA, como do Rio Grande do Sul. produzindo desde instrumentos cirúrgicos até produtos pesados utilizados em máquinas e implementos agrícolas, nas áreas metalmecânicas, passando pelo ramo de gás até a produção de produtos alimentícios.

Canoas, nas últimas décadas vem apresentando significativas mudanças em termos econômicos, com a chegada de novos empreendimentos comerciais, a exemplo do ParkShopping, do grupo Multiplan. Além dele, outros estabelecimentos de gastronomia e entretenimento, como bares e restaurantes, acabaram transformando uma região que antes era um grande “vazio demográfico” em uma das áreas de circulação de pessoas, bens e serviços do município.

**Tabela 2. População de Canoas entre as décadas de 1980-2022**

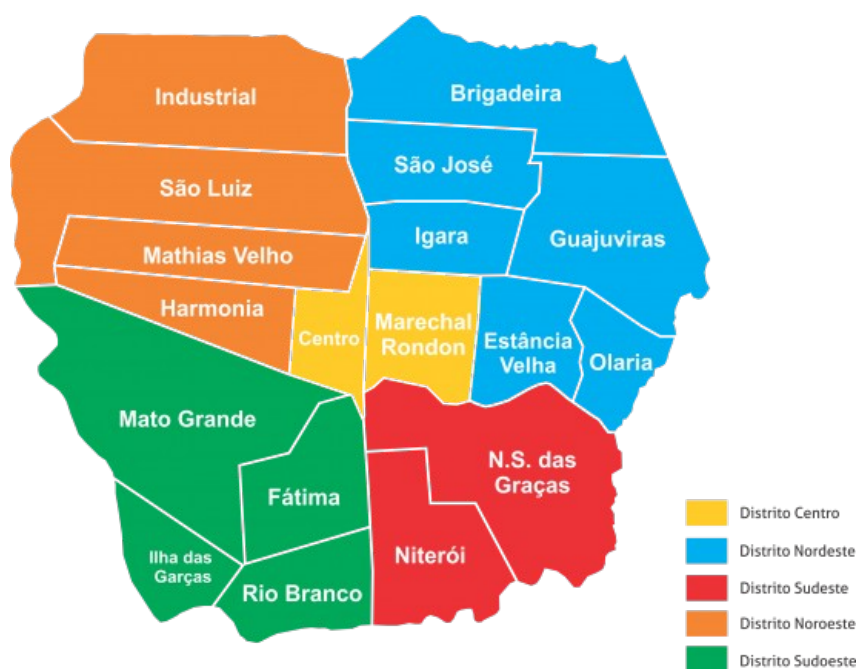
| <b>Ano</b> | <b>População</b> | <b>Crescimento Populacional (%)</b> |
|------------|------------------|-------------------------------------|
| 1980       | 220.446 hab.     | 43,39                               |
| 1990       | 279.127 hab.     | 26,61                               |
| 2000       | 306.093 hab.     | 9,66                                |
| 2010       | 323.827 hab.     | 5,79                                |
| 2022       | 347.657 hab.     | 7,35                                |

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil.

Com eles, grandes empreendimentos imobiliários fizeram com que, nos últimos 12 anos, fosse novamente, registrado um aumento do crescimento populacional, com aproximadamente 23,8 mil novos moradores. Em nível de comparação, Porto Alegre perdeu em torno de 76,7 mil pessoas. Depois de Caxias do Sul, o território canoense apresentou o maior crescimento populacional, em termos numéricos. Mas, se compararmos em percentual, Canoas cresceu mais. No período acumulado, ela registrou um crescimento de aproximadamente 7,35%, contra os 6,37% do município da serra.

Ao longo das últimas duas décadas, os vazios urbanos presentes em Canoas foram sendo ocupados a partir do crescimento urbano, através de grandes condomínios e loteamentos privados. No entanto, após uma reforma administrativa, loteamentos e vilas acabaram se incorporando a um dos dezoito bairros canoenses, como por exemplo, Vila Getúlio Vargas e União dos Operários, no bairro Mathias-Velho; Vila Natal e Vila Santo Operário, hoje do bairro Harmonia ou Chácara Barreto Vila Fernandes e Jardim Ideal, no bairro Nossa Senhora das Graças.

**Mapa 1. Divisão administrativa municipal.**



Disponível em: <https://www.canoas.rs.gov.br/sobre-canoas/> Acesso em março de 2025.

Canoas, como vemos, apesar de ser um município relativamente “jovem”, se compararmos com outras cidades do estado, desde cedo assumiu uma vocação modernizante. Se por um lado, durante bons anos ela apenas orbitou a capital, tal como os demais municípios metropolitanos, por outro, ela foi se desenvolvendo ao longo do tempo, fazendo

bom uso da posição estratégica dentro da RMPA para tornar-se a maior cidade, e a economia mais desenvolvida depois da capital.

### **Breve contexto do mercado de trabalho**

Na segunda metade do século XX, em especial, a partir dos anos de 1980, o setor produtivo dos países centrais, passou por inúmeras mudanças decorrentes da consolidação da Terceira Revolução Industrial – com a implementação dos avanços tecnológicos promovidos por ela, tais como automação, robótica e microeletrônica, Antunes (2015). A produtividade alcançada na indústria, é replicado no serviço, principalmente após a década de 1990 e a popularização da Internet, em setores que recolhem, processam, transmitem e arquivam informações, (SINGER, 2021).

O capitalismo informacional e a bandeira ideológica do neoliberalismo, se beneficiaram da tecnologia, expandido-se através de setores como de comunicações (Internet) e de serviços (financeiro e de transportes), e se materializando através do aumento dos fluxos de informações, capitais, mercadorias e pessoas, (MOREIRA, 2016). A flexibilização total no ambiente de trabalho era uma métrica a ser seguida pelos países ocidentais, principalmente após o sucesso do sistema japonês, que se mostrava mais produtivo que as empresas na Europa Ocidental e nos EUA (STANDING, 2020).

Com a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, a Velha Ordem Mundial chega ao fim. A Globalização e seu processo de integração dos mercados, marcará a ascensão e a expansão do sistema econômico hegemônico por todo o globo. E com ele, a ampliação do sistema flexível implementado por governos e corporações, Standing (2020), marcando de vez uma nova fase nas relações de trabalho. Para Singer (2021), as transformações tecnológicas causadas pela revolução técnico-científica informacional, faz surgir postos de trabalho cada vez mais precarizados. Características como contratos temporários, jornada parcial, subcontratação, Luca (2001) dão o tom das novas ocupações criadas.

A partir da década de 1990, com a abertura comercial promovida pela agenda neoliberal no país – com desregulamentações do mundo de trabalho e da produção, a indústria nacional, segundo Antunes (2015), teve que passar por reestruturação produtiva, fruto da nova divisão internacional do trabalho. Conforme Bacha e Bolle (2013), em 1985 a indústria de transformação no Brasil respondia por aproximadamente 25% do PIB, em 2011, essa participação caiu para cerca de 15%. Para Parnes e Hartung (2013) após uma forte expansão

industrial na década dos anos 2000, o nível da produção em 2012 ficou 2% abaixo de 2008. Entre os anos de 2014 e 2016 o país entrou em uma das suas piores crises político-econômica.

Após o processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, o até então Vice-Presidente Michel Temer – que já havia apresentado um pacote de medidas reformistas em 2015, sanciona em março, a Lei 13.429/2017, que liberou a terceirização de todas as atividades em uma empresa. Em julho, aprova a Lei 13.467/2017, que tinha como objetivo retomar o crescimento econômico a partir da modernização da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, segundo seus defensores.

As mudanças, conforme defenderam seus apoiadores, se faziam necessárias para “modernizar” a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, um conjunto de leis da década de 1940, incompatível com as novas demandas de uma realidade do século XXI, segundo eles. Além de prever outras modalidades de trabalho, ela traria junto uma maior segurança jurídica, diminuiria os encargos e/ou gastos para o empregador, facilitando a criação de novos postos de trabalho.

Segundo Fonseca e Filho (2023), o texto original da CLT já havia passado por inúmeras alterações - cerca de 560 artigos, ao longo da sua trajetória até a reforma trabalhista, em 2017. No entanto, segundo seus críticos, ela não vinha acompanhando as mudanças da sociedade. A tese era, inclusive, de que a legislação trabalhista aumentava os custos de produção no país, fazendo com que o Brasil perdesse competitividade no mercado mundial.

Chancelada pelo mercado como uma das formas possíveis para combater o desemprego no período, ela regulamentou uma série de medidas que, no geral, contribuíram para que houvesse uma maior flexibilização das relações de trabalho. Um exemplo disso é a terceirização das atividades fins - terceirização total (PLC 30/2015). Até então, a terceirização - modelo de contratação no qual os trabalhadores não possuem vínculo direto com o seu empregador no local de trabalho, costumava ser atribuída às atividades meio, ou seja, atividades auxiliares.

Como exemplo, podemos citar o refeitório de uma fábrica. Nesse caso, a empresa contrata um restaurante que irá gerenciar o espaço de alimentação no ambiente fabril. Outro exemplo, é a locação e manutenção de empilhadeiras, serviço de limpeza e de segurança nesta mesma indústria. Essa modalidade de trabalho veio aumentando nas últimas décadas, proporcionando relações cada vez mais precarizadas, como diz Antunes (2020):

“Nas últimas décadas, a terceirização vem se convertendo em instrumento central das estratégias de gestão corporativa. A importância desse mecanismo de contratação se deve, entre outros aspectos, ao fato de que, ao dissimular as relações



sociais estabelecidas entre o capital e o trabalho, convertendo-as em relações interempresas, viabiliza maior flexibilidade das relações de trabalho, impondo aos trabalhadores contratos por tempo determinado, de acordo com o ritmo produtivo das empresas contratantes, auxiliando também, de forma importante, na desestruturação da classe trabalhadora.” (ANTUNES, 2020. p.153)

Segundo Matos (2019) o desemprego já na década de 1990 possibilitou para que ocorresse um avanço na precarização das relações de trabalho. Segundo ele, a soma do número de desempregados com a dos trabalhadores informais revela o grau dessa condição. No entanto, os trabalhadores formais, também vem passando por isso a partir da terceirização:

“Dados sobre a terceirização nos ajudariam a completar o quadro desse processo de precarização, mas são inexistentes na forma de estatísticas gerais. Calculava-se, em 2011, que cerca de 12 milhões de empregados (numa população economicamente ativa de 105 milhões de pessoas) eram trabalhadores terceirizados, ou seja, contratados formalmente, mas por intermédio de empresas prestadoras de serviços pelas empresas em que efetivamente trabalhavam, com salários menores e menor cobertura de direitos.” (MATTOS, 2019, p.86)

Para Antunes (2020), o termo “flexibilização das relações trabalhistas” nada mais é do que um eufemismo elaborado pelas forças do capital para desmontar os direitos trabalhistas, alcançados a duras penas ao longo das décadas. E a terceirização total, das atividades-fim, ou seja, da principal tarefa ao qual se propõe a existência de uma empresa, encabeçou um conjunto de medidas que visavam flexibilizar cada vez mais as relações de trabalho. Segundo ele, a Lei da Terceirização serviu como um norte para a precarização, Antunes (2020):

“[...] a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. Constitui-se num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, sendo uma prática de gestão/organização/controle que discrimina e, ao mesmo tempo, é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e vida, responsável pela fragmentação da identidade coletiva dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e da desvalorização do trabalho humano, assim como é um instrumento de pulverização da organização sindical, que incentiva a concorrência entre os trabalhadores e seus sindicatos.” (ANTUNES, 2020. p.167)

Outra modalidade de contratação introduzida junto com a reforma, foi a do trabalho intermitente. Nesse tipo de vínculo empregatício – que é subordinado, o funcionário presta serviço de forma não contínua, esporádica, recebendo apenas pelo período trabalhado, que pode ser por determinadas horas, dias, semanas ou meses. Apesar desse contrato estabelecer os demais direitos previstos em CLT – com exceção do seguro-desemprego, o trabalhador deve ficar à disposição do patrão, mesmo sem receber por isso. A origem dessa modalidade de

contratação e sua posterior influência para incluí-la na reforma trabalhista do Brasil é o “contrato zero hora” (zero hour contract), presente no Reino Unido. Segundo Antunes (2020):

“[...] contratos não têm determinação de horas - daí sua denominação. Nessa modalidade, trabalhadores das mais diversas atividades ficam à disposição esperando uma chamada. [...] Essa forma de contratação engloba um leque imenso de trabalhadores e trabalhadoras de que são exemplo, os médicos, enfermeiros, trabalhadores do *care* (cuidadores de idosos, crianças, doentes portadores de necessidades especiais, etc.), motoristas, eletricitas, advogados, profissionais dos serviços de limpeza, de consertos domésticos, dentre tantos outros.” (ANTUNES, 2020. p.36)

O modelo flexível de produção – presente desde a década de 1970 e, estimulado e difundido através das tecnologias de informação/comunicação, impõem, nas palavras dele, uma tríade destrutiva sobre o trabalho: terceirização, informalidade e flexibilidade, Antunes (2020). Para ele, a intermitência é um dos elementos que mais provoca corrosão da proteção do trabalho. E, dentro dessa lógica de intermitência, há outras formas de trabalho ainda mais precarizadas, como os trabalhadores por aplicativo, como Uber, 99Pop, iFood, Rappi, entre outros. Em função da crise econômica agravada pela pandemia, houve uma profusão de novos postos de trabalho por essas plataformas. No entanto, nesse caso, os trabalhadores em questão, não possuem vínculo empregatício algum, o que vem gerando muitas críticas devido ao nível de exploração estabelecido. Para Antunes (2020):

“A Uber é outro exemplo mais do que emblemático: trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, de limpeza, etc., enquanto o “aplicativo” - na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob forma de trabalho desregulamentado - apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora.” (ANTUNES, 2020. p.37)

Sobre as demais mudanças ocorridas na CLT, por exemplo, merecem destaque, como os relativos à jornada de trabalho. Com a nova legislação, se prevê um expediente de até 12 horas, desde que acompanhada por 36 horas de descanso, observando as 220 horas mensais. Ainda sobre a jornada, agora, em relação ao período de almoço, o período mínimo passa a ser de 30 minutos. Também deixa de fazer parte da jornada, as horas em que o trabalhador fica disponível ao empregador. E por fim, em relação ao banco de horas, em vez de um acordo coletivo, ele passa a ser validado por um contrato individual.

Houve alterações também em outros pontos, como os relacionados à busca por melhores condições de trabalho, como o imposto sindical – equivalente a um dia de trabalho



ao longo do ano, e que agora passa a ser optativo. Uma segunda alteração foi a homologação da rescisão do contrato de trabalho que não precisa mais ser feito no sindicato. Também, o acesso à justiça do trabalho, que agora, em caso de derrota, os custos do processo devem ser pagos pelo reclamante, ou seja, pelos trabalhadores. Cada uma delas, de certa forma, contribuem para que os sindicatos e os trabalhadores – no coletivo, saiam mais enfraquecidos. Por fim, a principal mudança em relação aos aproximadamente 100 pontos alterados, é que, a partir de agora, o acordado – mesmo o individual, entre empregado e empregador, terá a prevalência de lei, valendo tanto quanto uma.

Porém, o que se percebe é que ao final do seu mandato, não foram gerados os seis milhões de empregos – com carteira, prometidos pela nova legislação. Conforme o IBGE, no quarto trimestre de 2017, das pessoas disponíveis na força de trabalho no país, 92,2 milhões estavam ocupadas, enquanto 12,5 milhões estavam desocupadas, uma taxa de 11,9%. Um ano depois, no quarto trimestre de 2018, das pessoas disponíveis na força de trabalho no país, 93,5 milhões estavam ocupadas, enquanto 12,4 milhões estavam desocupadas, uma taxa de 11,7%.

Outro agravante foi o aumento da informalidade (sem carteira assinada ou trabalho por conta própria), registrado no período. Se existiam 37,1 milhões de postos informais no quarto trimestre de 2017, em 2018, no mesmo período, a informalidade alcançou 38,1 milhões de vagas, aumentando para 38,8 milhões no quarto trimestre em 2019. No mesmo período, em 2020, registrou-se uma diminuição da informalidade já que houve um aumento do número de pessoas desocupadas em função da pandemia.

E hoje, em que situação se encontra atualmente o país? Segundo o IBGE (2024), no quarto trimestre de 2024, a taxa de desocupação ficou em 6,2%, a menor da série histórica, com cerca de 6,8 milhões de pessoas, para um total de aproximadamente 103,818 milhões de pessoas ocupadas. No entanto, para fins estatísticos, para o IBGE, a classificação de ocupação, considera todos os empregados – do setor público ou privado, com ou sem carteira de trabalho assinada, ou estatutários; Trabalhadores por conta própria e Trabalhadores domésticos, com ou sem carteira de trabalho assinada, por exemplo. A informalidade ainda persiste, com uma taxa de 38,6%, totalizando aproximadamente 40,1 milhões de trabalhadores sem registro, contra 39,2 milhões de postos de trabalho com carteira.

Logo, apesar dos bons números dos últimos trimestres, é preciso avaliar que tipo de condição de trabalho estão submetidos esses trabalhadores. E nesse trabalho se distinguirá ocupação de emprego, não por capricho, mas por entender que a mesma estatística das 103 milhões de ocupações mostra, por exemplo, que na iniciativa privada, enquanto registrou-se



38.9 milhões de pessoas em postos de trabalho formal, outras 39.9 milhões se mantiveram na informalidade do mercado de trabalho.

A Reforma Trabalhista trouxe uma série de mudanças nas relações de trabalho como flexibilização dos contratos, o trabalho intermitente, a terceirização das atividades fins (total), negociações sem a presença do sindicato, acordado sobre o legislado, entre outras, colocadas em prática. A promessa de geração de emprego – gerar cerca de 6 milhões de novos postos de trabalho com carteira assinada, da época não se confirmou.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao município de Canoas, objeto de estudo desse trabalho, apesar de ainda conservar uma importante participação no PIB municipal, cerca de 40%, o setor industrial ano após ano vem perdendo postos de trabalho. Nesse cenário de desindustrialização pela qual passa o país, pós-reforma trabalhista e reforçado pela recessão mundial provocada pela pandemia, a concentração de postos de trabalho no setor terciário – tendência observável na maioria dos municípios brasileiros, repete-se em Canoas.

Ao observarmos os números referentes a admissões e desligamentos, por exemplo, no ano de 2010, tivemos um saldo na indústria de 1,091 mil, no comércio de 1,862 mil e no setor de serviços em 2,635 mil postos de trabalho formal. Já em 2015, em meio a crise, o saldo na indústria foi de – 2,094, no comércio de – 654 e nos serviços de – 1,227. No ano de 2020, em função da Covid-19, os saldos permaneceram negativos para indústria, com – 305, comércio, com – 319 e serviços, com – 1,292. Por fim, em 2024, registrou-se um saldo de – 196 postos na indústria, 61 postos no comércio e 1.126 postos nos serviços.

**Tabela 3. Saldo de postos de trabalho por setor da economia entre os anos de 2010-2024**

| Vínculos      | 2010  | 2015   | 2020   | 2024  | Total  |
|---------------|-------|--------|--------|-------|--------|
| Agropecuária  | 0     | 4      | 20     | -4    | 20     |
| Indústria     | 1.091 | -2.094 | -305   | -196  | -3.686 |
| Constr. Civil | 2.111 | -641   | 553    | 804   | 2.827  |
| Comércio      | 1.862 | -654   | -319   | 61    | 950    |
| Serviços      | 2.635 | -1.227 | -1.291 | 1.126 | 1.243  |

Fonte: CAGED-MTE-RAIS

Analisando total dos números referentes aos anos de 2010, 2015, 2020 e 2024, teremos um saldo positivo para o pequeno setor primário de produtores de hortifrúti do município. Para o setor da construção civil – aquecido pelos mais de 20 mil novos moradores, o acréscimo foi superior aos 2.800 postos de trabalho. No comércio o saldo positivo foi de 950

vagas abertas e nos serviços, mais de 1.200 postos no setor. Evidentemente, os números acima se referem aos postos formais de emprego, desconsiderando a informalidade presente no setor terciário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impactos gerados pelas novas relações de trabalho, especialmente após nova legislação trabalhista ainda são recentes e continuarão a evoluir com o tempo. A Reforma aprovada no segundo semestre de 2017, entrou em vigor apenas no final do mesmo ano. Após dois anos para tentar entendê-los, surgiu a pandemia da Covid-19, desestabilizando toda a economia global. O país levou entre dois a três anos para retomar a economia aos níveis pré-pandêmicos. Com isso, a rigor, tivemos um curto período de “condições normais de temperatura e pressão” para analisarmos essas modificações.

Canoas, mesmo tendo o segundo Valor adicionado bruto de indústria no Rio Grande do Sul, não gerou tantas ofertas de emprego como o setor de comércio e serviços, entre 2010 e 2024. É possível observar que o setor terciário foi o que melhor se recuperou desde a pandemia do Covid-19. Antes, porém, ele também já era responsável pelas maiores ofertas de trabalho.

Por outro lado, a “uberização” da economia, um processo relativamente novo e tipicamente do setor de serviços, agora, regulamentado pela reforma trabalhista, também vem transformando o campo das relações de trabalho. Há novas formas de vínculo, como a “parceria” entre empregadores e empregados. A terciarização da economia acabou gerando contratos de trabalho dos mais variados. Por isso, se faz necessário um contínuo monitoramento para entender como as mudanças das relações de trabalho afetarão a geração de empregos ao longo do tempo.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. - São Paulo: Cortez, 2015.
- BACHA, Edmar; BOLLE, Monica Baumgarten de (Org.). **O futuro a indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.



GRAEBIN, Cleusa M. G. **Câmara de Indústrias, Comércio e Serviços de Canoas: histórias & ideais**. Cleusa Maria Gomes Graebin, Rodrigo Lemos Simões. – Porto Alegre: Pallotti: 2010.

LUCA, Tania R. de. **Indústria e trabalho na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

MAYER, Nestor José. **Memória ambiental da cidade de Canoas: os impactos do processo de globalização a partir dos anos 60**. Nestor Mayer. Canoas: Tecnicópias, 2009.

MOREIRA, Ruy. **Geografia do espaço-mundo: Conflitos e superações no espaço do capital**. Rio de Janeiro. Consequência, 2016.

PARNES, Beny; HARTUNG, Gabriel. **Uma nota sobre a desaceleração recente da indústria brasileira**. In: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica Baumgarten de (Org.). **O futuro a indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

SILVA, João Palma da. **As origens de Canoas: Conquista, Povoamento, Evolução**. 4. ed. Canoas: La Salle, 1989.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 8. ed., 1. reimpr. – São Paulo: Contexto, 2021.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. 1. ed., 6. reimpr. – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2020.

VIEGAS, Danielle Heberle. **Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade: um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959)**. Danielle Heberle Viegas. – Porto Alegre, 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/canoas.html> >. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> >. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Painel de Informações do Novo Caged**. Disponível em: < <https://s11nk.com/gbQb4> >. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Perfil do Município**. Disponível em: < [bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php) >. Acesso em: 20 abr. 2025.